

AHGORA SISTEMAS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

AHGORA SISTEMAS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da
Ahgora Sistemas S.A.
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Ahgora Sistemas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ahgora Sistemas S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 29 de abril de 2019.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/0-8 - S - SC

A handwritten signature in blue ink, reading 'Dioclécio Oechslér', with a stylized flourish at the end.

Dioclécio Oechslér
Contador CRC SC 23.520/0-9

AHGORA SISTEMAS S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota	31/12/2018	31/12/2017		Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.307	4.705	Fornecedores		490	609
Contas a receber de clientes	4	4.413	2.937	Empréstimos e financiamentos	12	3.514	264
Estoques	5	1.415	1.567	Obrigações sociais e trabalhistas	13	1.876	1.664
Impostos a recuperar	6	730	440	Obrigações tributárias	14	925	570
Outras contas a receber	7	998	451	Outras contas a pagar		889	423
Partes relacionadas	8	446	-	Dividendos a pagar		23	389
Despesas antecipadas		53	58			<u>7.717</u>	<u>3.919</u>
		<u>10.363</u>	<u>10.158</u>				
Não circulante				Não circulante			
Tributos diferidos	18	1.891	-	Empréstimos e financiamentos	12	3.027	-
Partes relacionadas	8	238	-	Obrigações tributárias	14	1.880	1.631
Despesas antecipadas		242	328	Provisão para contingências	15	257	-
Investimentos	9	329	260			<u>5.164</u>	<u>1.631</u>
Imobilizado	10	5.479	3.622				
Intangível	11	2.217	2.000	Patrimônio líquido	16		
		<u>10.397</u>	<u>6.210</u>	Capital social		16.346	16.346
				Ações em tesouraria		(215)	(215)
				Transações de capital		(2.285)	(2.285)
				Prejuízos acumulados		(5.968) #	(3.028)
						<u>7.878</u>	<u>10.818</u>
Total do Ativo		<u><u>20.759</u></u>	<u><u>16.368</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>20.759</u></u>	<u><u>16.368</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AHGORA SISTEMAS S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	20	20.459	15.447
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(8.825)	(6.428)
Lucro bruto		11.634	9.019
Despesas operacionais		(14.803)	(12.360)
Despesas comerciais	21	(7.363)	(5.494)
Despesas gerais e administrativas	21	(5.082)	(3.624)
Outras receitas/(despesas) operacionais	21	(2.358)	(3.242)
Resultado antes das (despesas)/receitas financeiras líquidas e impostos		(3.169)	(3.341)
Resultado financeiro líquido	22	(1.362)	731
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(4.531)	(2.610)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	18	1.591	-
(Prejuízo) líquido do exercício		(2.940)	(2.610)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AHGORA SISTEMAS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
(Prejuízo) líquido do exercício	<u>(2.940)</u>	<u>(2.610)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(2.940)</u></u>	<u><u>(2.610)</u></u>
Total do resultado abrangente atribuível a:		
Acionistas da Companhia	(2.940)	(2.610)
Não controladores	-	-
	<u><u>(2.940)</u></u>	<u><u>(2.610)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AHGORA SISTEMAS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Transações de capital	Reserva legal	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.346	-	-	70	(488)	10.928
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.610)	(2.610)
Absorção de prejuízos	-	-	-	(70)	70	-
Aumento de capital	5.000	-	-	-	-	5.000
Recompra ações em tesouraria (nota 16.c.)	-	(215)	-	-	-	(215)
Transações de capital (nota 16.c.)	-	-	(2.285)	-	-	(2.285)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16.346	(215)	(2.285)	-	(3.028)	10.818
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.940)	(2.940)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	16.346	(215)	(2.285)	-	(5.968)	7.878

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AHGORA SISTEMAS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais (Prejuízo) líquido do exercício	(2.940)	(2.610)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Créditos Vencidos e Não Liquidados	311	164
Provisão para Contingências	257	(115)
Receita Diferida	-	(41)
Baixas de imobilizado	16	46
Depreciações e amortizações	868	450
	<u>(1.488)</u>	<u>(2.106)</u>
(Redução)/aumento nos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.787)	150
Estoques	152	(265)
Impostos a recuperar	(2.182)	(344)
Adiantamento a terceiros	(134)	(85)
Adiantamento a Funcionários	(29)	(71)
Redução outros créditos	91	(351)
Outras contas a receber	(382)	(25)
	<u>(4.271)</u>	<u>(990)</u>
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(119)	192
Obrigações trabalhistas e sociais	212	746
Obrigações tributárias	445	(193)
Parcelamentos dos Impostos	159	(956)
Outros passivos circulantes e não circulantes	466	342
	<u>1.163</u>	<u>131</u>
Recurso líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(4.596)</u>	<u>(2.965)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições/Baixas de Investimento	(69)	(171)
Redução (aumento) no imobilizado	(2.482)	(2.421)
Transações de Capital	-	(2.500)
Redução (aumento) no ativo intangível	(477)	(178)
Recurso líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(3.028)</u>	<u>(5.270)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	-	5.000
Empréstimos e financiamentos	6.983	795
Amortização de Empréstimos	(706)	(1.066)
Partes Relacionadas	(684)	(340)
Distribuição de resultados	(366)	(484)
Recurso líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>5.227</u>	<u>3.906</u>
(Diminuição)/aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.397)</u>	<u>(4.329)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.705	9.034
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.307	4.705
(Diminuição)/aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.397)</u>	<u>(4.329)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Ahgora Sistemas S.A. é uma sociedade por ações, constituída em 07 de agosto de 2006, sediada na Rodovia José Carlos Daux - SC 401, nº 600, Bairro João Paulo em Florianópolis, Santa Catarina e atua no Mercado de Human Capital Management, especificamente no segmento de gestão de presença. Com sua Solução desenvolvida por meio de tecnologia IOT (internet of things) e arquitetada em nuvem, a Companhia se posiciona no mercado com uma alternativa Premium, de modo que, suas soluções permitem que seus clientes gerenciem operações simples, como também operações complexas de controle de acesso, presença de pessoas em empresas. Além dessas características a solução atende plenamente as demandas legais impostas pelo Ministério do Trabalho (Portaria 1.510 e Portaria 373).

A robustez de sua plataforma tecnológica, aliada a flexibilidade do modelo Cloud/IoT diferencia a Companhia e permite que sua solução seja utilizada tanto por clientes com necessidades básicas de gestão, como por aqueles com ambientes complexos de gerenciamento de recursos humanos, como por exemplo, empresas multi-site e com força de trabalho volante.

A Companhia atua basicamente em 3 fontes principais de receita: Venda de Relógios de Ponto e Catracas de Acesso, Licenciamento de Software e Locação de Equipamentos, sendo estas 2 últimas responsáveis pela Receita Recorrente da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 15 de abril de 2019 e serão posteriormente ratificadas pela assembleia de acionistas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, intangível, provisões e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de Reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.2. Instrumentos financeiros

i. Alterações quanto a classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Em 01 de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 48 / IFRS 9, tendo como principal impacto à alteração na classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39 / IAS 32), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto.

ii. Instrumentos financeiros não derivativos: classificação, reconhecimento e mensuração.

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros ao custo amortizado e passivos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos ou contratados.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(a) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia: (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros classificados nesta categoria: equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas.

Tais passivos financeiros ao custo amortizado são representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos, os quais reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros ao custo amortizado são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii. Compensação de Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

iv. Valor presente de Instrumentos financeiros não derivativos

O cálculo do valor presente dos ativos e passivos financeiros não derivativos não apresentou valores relevantes a serem contabilizados.

v. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui operações financeiras com derivativos.

2.2.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o contas a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

2.2.4. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.2.5. Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 10.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido, quando aplicável.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.2.6. Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, direito de uso e contratos de programas. A amortização é calculada pelos prazos de vida útil. O intangível não supera seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao impairment test.

2.2.7. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.2.9. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ('pro rata temporis').

2.2.10. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e serviços. A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade são transferidos para o comprador bem como seja provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados

As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

Não há condições estabelecidas a serem cumpridas pela Companhia que pudesse afetar o reconhecimento da receita no resultado do exercício.

2.2.11. Imposto de renda e Contribuição social

A Companhia é tributada pelo lucro real. A alíquota do IR é de 15% sobre a base de lucro tributável, acrescida do adicional de 10% conforme determina a legislação vigente. A alíquota da contribuição social sobre o lucro tributável é de 9%.

Impostos diferidos

Impostos diferidos são gerados na data do balanço por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível no futuro para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e perdas e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária."

2.2.12. Mudanças em práticas contábeis

Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de Contratos com Clientes, a saber:

a) CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros:

O CPC 48 (IFRS 9) substituiu as orientações existentes na CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 (IFRS 9) incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 (IAS 39).

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir: (i) a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e (ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do CPC 48 (IFRS 9) em suas operações e não identificou impactos significativos.

b) CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Cliente:

O CPC 47 (IFRS 15) introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 (IFRS 15) substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos.

No caso da venda de produtos, as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos.

No caso da venda de serviços, as receitas continuarão sendo reconhecidas com base nos serviços efetivamente realizados até a data do balanço, uma vez que o valor justo e os preços de venda dos serviços individuais são relativamente semelhantes.

2.2.13. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

As seguintes normas e interpretações foram emitidas ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com o documento correlato emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia as aplicará apenas na data de sua adoção inicial.

a) CPC 06 - R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil:

Vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, revoga o CPC 06 - R1 (IAS 17) e correspondentes interpretações, sendo seu principal impacto o reconhecimento de todos os arrendamentos no balanço patrimonial das Companhias, independentemente se operacional ou financeiro. Com isso, os arrendamentos operacionais, que antes eram divulgados apenas em nota explicativa como "Obrigações contratuais não registradas", passam a ser registrados contabilmente. Como resultado, passa a existir um modelo único de contabilização dos arrendamentos, formado pelo ativo de direito de uso e pelo passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

Transição

Na transição inicial a administração fará uso da adoção retrospectiva modificada, em conformidade com os requerimentos da nova norma, sendo que as informações comparativas não serão reapresentadas, em vez disso reconhecerá o efeito cumulativo de aplicar inicialmente o CPC 06 R2 (IFRS 16) como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados (ou de outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado) em 1º de janeiro de 2019.

A nova norma traz, na intenção de facilitar a sua adoção inicial, expedientes práticos que podem ser elegidos pelas Companhias.

a) ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a Entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixas	31	26
Bancos conta movimento	860	10
Aplicações financeiras	1.416	4.669
	<u>2.307</u>	<u>4.705</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes	4.589	3.925
Serviços a faturar	1.943	820
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(2.119)	(1.808)
	<u>4.413</u>	<u>2.937</u>

Com o intuito de estimar os montantes de perdas estimadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no exercício, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Conseqüentemente, as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são registradas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Demonstramos abaixo a movimentação das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do ano	1.808	1.644
Adições	311	201
Baixas	-	(37)
Saldo no final do ano	<u>2.119</u>	<u>1.808</u>

Demonstramos abaixo a abertura do contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	31/12/2018	31/12/2017
Aging		
A vencer	3.085	1.920
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	305	236
De 31 a 60 dias	243	85
De 61 a 90 dias	150	32
De 90 a 180 dias	276	43
Acima de 180 dias	2.473	2.429
Total	<u>6.532</u>	<u>4.745</u>

Parcela significativa do contas a receber vencido da Companhia acima de 180 dias é decorrente de recebíveis com órgãos públicos, os quais a Companhia se encontra em sucessivas negociações para acelerar o seu recebimento.

5. Estoques

	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	195	362
Mercadoria para revenda	56	131
Matérias primas	725	665
Estoques em poder de terceiros	401	302
Estoques em trânsito	38	107
	<u>1.415</u>	<u>1.567</u>

6. Impostos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
IPi a recuperar	99	78
PIS a recuperar	57	13
COFINS a recuperar	165	57
INSS a recuperar	49	2
IRPJ a recuperar	169	218
CSLL a recuperar	150	62
ICMS a recuperar	39	9
Outros impostos a recuperar	2	1
	<u>730</u>	<u>440</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

7. Outras contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos de férias	94	44
Adiantamentos a funcionários	39	60
Adiantamentos a fornecedores	320	201
Adiantamentos de importação	98	83
Outros	447	63
	<u>998</u>	<u>451</u>

8. Partes relacionadas

8.1. Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração que é composto por 5 membros e uma Diretoria que possui 4 integrantes.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

8.2. Saldos com partes relacionadas

Os saldos entre partes relacionadas decorrem, substancialmente, de operações com a Companhia as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazos usuais as de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Ativo	
	31/12/2018	31/12/2017
Mútuo - Carlos José Martins	230	-
Mútuo - Gustavo de O. Godoy Soares	230	-
Mútuo - Norberto Dias	224	-
	<u>684</u>	<u>-</u>
Circulante	446	-
Não circulante	238	-

9. Investimentos

	31/12/2018	31/12/2017
Cotas de capital - Credifiesc	151	96
Cotas de capital - Unicred	22	14
Cessão de cotas - Plyom (a)	150	150
Outros	6	-
	<u>329</u>	<u>260</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

- (a) Em 10 de julho de 2017 a Companhia celebrou um contrato de cessão de opção de compra de quotas, com opção de aquisição de 100% do capital da empresa Pilpei Tecnologia Ltda. (Plyom) até o ano de 2019, sendo que atualmente a Administração da Companhia se encontra em fase de avaliação do exercício da opção de compra. A Administração da Companhia não exerce qualquer influência significativa na administração da Pilpei Tecnologia Ltda. bem como não possui funcionários da Companhia alocados naquela Empresa.

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação (%)	31/12/2018	31/12/2017
Computadores e periféricos	20	637	475
Equipamentos em locação	10	2.462	1.771
Equipamentos em comodato	10	1.390	-
Máquinas e equipamentos	10	143	141
Móveis e utensílios	10	388	330
Veículos	20	541	557
Telefones	20	29	14
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	1.134	975
Imobilizado em poder de terceiros	10	197	197
(-) Depreciação acumulada		(1.442)	(838)
Total do imobilizado líquido		5.479	3.622

Demonstramos abaixo a movimentação do imobilizado para o exercício de 2018:

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2017	Aquisições	Baixas	Depreciação	31/12/2018
Computadores e periféricos	325	163	(1)	(115)	372
Equipamentos em locação	1.419	695	(4)	(200)	1.910
Imobilizado em andamento	16	-	(16)	-	-
Imobilizado em comodato	-	1.396	(5)	(71)	1.320
Máquinas e equipamentos	103	6	(4)	(15)	90
Móveis e utensílios	282	59	-	(30)	311
Veículos	312	-	-	(108)	204
Benfeitorias em imóveis de terceiros	960	159	-	(43)	1.076
Telefones	9	15	-	(4)	20
Imobilizado em poder de terceiros	196	1	(1)	(20)	176
	3.622	2.494	(31)	(606)	5.479

A administração da Companhia analisou os efeitos de depreciação, decorrentes da revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do imobilizado e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação, mantendo os percentuais de depreciação sugeridos na legislação vigente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Análise de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	31/12/2018	31/12/2017
Software ou Programas de Computador	20	663	342
Projeto REP AH30	-	1.576	1.576
Projeto AH03	-	70	-
Projeto Mobile	-	187	187
Site	-	88	-
Projeto UNIAHGORA	-	15	15
Outros	-	2	2
(-) Amortização acumulada		(384)	(122)
Total do intangível líquido		2.217	2.000

Demonstramos abaixo a movimentação do intangível para o exercício de 2018:

Movimentação do intangível, líquido	31/12/2017	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2018
Software ou Programas de Computador	280	321	-	(78)	523
Projeto REP AH30	1.537	-	-	(157)	1.380
Projeto AH03	-	70	-	-	70
Projeto Mobile	168	-	-	(19)	149
Site	-	88	-	(6)	82
Projeto UNIAHGORA	13	-	-	(2)	11
Outros	2	-	-	-	2
	2.000	479	-	(262)	2.217

Natureza dos intangíveis

Os intangíveis gerados internamente são provenientes dos desenvolvimentos de produtos e serviços voltados às atividades da Companhia em fornecer soluções de gestão e controles de pontos eletrônicos, além de atender as novas exigências legais das portarias MTE-1510/2009 - Portarias INMETRO: 595/2013, 480/2011 e 494/2012. Os projetos são compostos por Hardware com Software embarcado e aplicativos WEB e são registrados pelo custo de aquisição ou formação.

- Projeto REP AH30: o intangível é composto por valores alocados no projeto que estão relacionados à folha de pagamento e serviços tomados;
- Projeto Mobile: são valores oriundos da utilização de serviços de uma empresa terceirizada especializada em apps mobile;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

- c) Projeto UNIAHGORA: são valores adquiridos de terceiros, sendo que o projeto visa automatização da prestação de serviços de treinamento em EAD (Ensino a Distância), atualmente este serviço é prestado somente "in loco".
- d) Projeto AH03: são valores oriundos da utilização de serviços de uma empresa terceirizada para desenvolvimento mecânico e eletrônico de equipamento para batida de ponto eletrônico que atenda a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nº 373.

Análise do valor recuperável de ativos

A análise de recuperação dos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. A análise de recuperação é realizada anualmente.

12. Empréstimos e financiamentos

Instituição	Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Banco do Brasil	Giro Capital	-	12
Banco do Brasil	Giro Capital	383	-
Caixa Econômica Federal	Giro Caixa	-	6
Credifiesc	Giro	-	97
Credifiesc	Giro	918	-
BNDES	PED 5305064	-	11
Banco Itaú	Giro Capital	589	-
SICREDI	Giro Capital 41	259	-
SICREDI	Giro Capital 45	197	-
SICREDI	Giro Capital 68	686	-
Safra	Giro Capital	736	-
Santander	Giro Capital	86	-
Santander	Giro Capital	355	-
Empírica A55	FIDC	794	-
Empírica A55	FIDC	1.016	-
Socinal Nexoos	Giro Capital	284	-
Socinal Nexoos	Giro Capital	238	-
Banco Itaú	Cheque Esp.	-	25
Unicred	Cheque Esp.	-	41
Banco Itaú	Cheque Esp.	-	72
Total		6.541	264
Circulante		3.514	264
Não circulante		3.027	-

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos. Adicionalmente, foram cedidos bens da Companhia em garantia desses empréstimos.

Os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2018 não possuem cláusulas restritivas de manutenção de indicadores econômico-financeiros, bem como não ocorreram neste exercício operações com derivativos ou que possuam exposição à variação cambial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2018	31/12/2017
Salários a pagar	472	335
INSS a recolher	157	357
FGTS a recolher	71	57
Provisão de férias	1.011	830
Outras obrigações	165	85
	<u>1.876</u>	<u>1.664</u>

14. Obrigações tributárias

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS a recolher	1	-
PIS a recolher	21	7
COFINS a recolher	98	35
IRPJ a recolher	221	-
CSLL a recolher	80	-
IRRF a recolher	1	2
ISS a recolher	31	25
IRRF S/ trabalho assalariado a recolher	167	113
Contribuição retida a recolher	35	27
Parcelamentos tributários	2.150	1.992
	<u>2.805</u>	<u>2.201</u>
Circulante	925	570
Não circulante	1.880	1.631

14.1. Parcelamentos tributários

Demonstramos abaixo a composição dos parcelamentos tributários:

	31/12/2018	31/12/2017
PERT (a)	1.665	1.561
PERT previdenciário (b)	374	269
Parcelamento INSS 622190229 (b)	111	162
	<u>2.150</u>	<u>1.992</u>
Circulante	<u>271</u>	<u>361</u>
Não circulante	<u>1.879</u>	<u>1.631</u>

- (a) A Administração da Companhia aderiu aos termos do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB). A redução na rubrica de obrigações tributárias é justificada pela redução de juros e multas decorrentes do programa. Estes parcelamentos incluem competências em atraso dos seguintes tributos Federais: Cofins, IRPJ, CSLL, IRRF, Contribuição Previdenciária e PIS.

- (b) Este parcelamento inclui competências em atraso de INSS.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Demonstramos abaixo o cronograma de vencimento dos parcelamentos tributários:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2019	271	305
2020	321	321
2021	299	299
2022 em diante	1.259	706
	<u>2.150</u>	<u>1.631</u>

15. Provisão para contingências

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, entende que existem probabilidades de perdas prováveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de julgamento e a experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não constituiu provisão considerado os prognósticos e informações existentes até a data-base do encerramento das demonstrações contábeis.

Demonstramos abaixo a abertura por natureza dos processos com probabilidade de perda "provável" para os quais foi constituída provisão para contingências:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cíveis	50	-
Trabalhistas	207	-
	<u>257</u>	<u>-</u>

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para contingências:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo Anterior	-	115
(+) Adições	357	-
(-) Baixas	(100)	(115)
Saldo Final	<u>257</u>	<u>-</u>

A Companhia é parte em ações tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos no valor total de R\$ 126, os quais com fundamento na opinião dos seus assessores jurídicos possuem probabilidade de perda possível e, conseqüentemente, não foi constituída provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía processos para os quais os advogados atribuíram prognósticos de perdas possíveis totalizando o valor de R\$ 1.251, os quais estão segregados entre processos cíveis (R\$ 40) e processos trabalhistas (R\$ 1.211)

16. Patrimônio Líquido

16.1. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 16.346 (dezesseis milhões, trezentos e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais), dividido em 2.483.796 (dois milhões quatrocentos e oitenta e três mil setecentos e noventa e seis) ações, sendo 1.346.249 (um milhão trezentos e quarenta e seis mil e duzentos e quarenta e nove) ações ordinárias e 1.137.547 (um milhão cento e trinta e sete mil quinhentos e quarenta e sete) ações preferenciais classe A, todas nominativas sem valor nominal.

16.2. Ações em tesouraria

Em 11 de setembro de 2017 o acionista Fabio Ferrari deixou de integrar a composição acionária da Companhia e a totalidade das ações em seu poder foram readquiridas pela Companhia. Como estas ações não foram revendidas ou destinadas até o encerramento do exercício de 2018, a Companhia registrou o montante total das ações relativas àquele acionista na rubrica de "Ações em Tesouraria".

16.3. Transações de capital

Em consonância com o Pronunciamento Contábil CPC 08, os custos com a transação de aquisição das ações em tesouraria do acionista Fabio Ferrari foram registrados pela Companhia na rubrica "transações de capital" e serão mantidos nesta rubrica até o momento de destinação dessas ações.

16.4. Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. A reserva anteriormente registrada, constituída em exercícios anteriores, foi utilizada para absorção de prejuízos no exercício de 2017. Em decorrência dos prejuízos registrados no exercício de 2018, a Companhia não constituiu reserva legal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

16.5. Dividendos

A Companhia registra o montante de R\$ 23 (R\$ 389 em 31 de dezembro de 2017) na rubrica dividendos a distribuir, no passivo circulante, relativo a dividendos originados em exercícios anteriores e que serão pagos aos acionistas por ocasião do recebimento de certos créditos de contas a receber vencidos. Demonstramos abaixo a movimentação da rubrica dividendos a pagar no exercício:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo Anterior	389	873
Pagamentos de dividendos	(366)	(484)
	<u>23</u>	<u>389</u>

17. Seguros (Não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

18. Tributos diferidos

A Administração, fundamentada em seu plano de negócios e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.

Os montantes de bases de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social que foram base de constituição de imposto são R\$ 4.679, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia possui o montante de R\$ 2.462 de prejuízos fiscais e bases negativas para as quais não foram constituídos tributos diferidos.

Estes créditos são imprescritíveis e a Administração considera que eles sejam inteiramente recuperados nos próximos 03 anos. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e crescimento bem como condições e volume de mercado de seus produtos.

Demonstramos abaixo a composição dos tributos registrados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de Renda - Prejuízos fiscais	1.170	-
Contribuição Social - Bases negativas	421	-
	<u>1.591</u>	<u>-</u>

19. Instrumentos financeiros

19.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

19.2. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria financeira. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do 'hedge' das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

19.3. Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento da carteira e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

19.4. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

19.5. Risco de mercado

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

19.6. Valor justo

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- Aplicações financeiras - são classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado.
- Contas a receber - são classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.
- Valores a receber de partes relacionadas - são classificadas como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.
- Empréstimos - são classificadas como outros passivos financeiros ao custo amortizado, e são contabilizados inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis.
- Valores a pagar a partes relacionadas são classificadas como mensurados ao custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos atribuíveis a transação. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Equivalente de caixa				
Aplicações financeiras	1.416	1.416	4.669	4.669
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes	4.413	4.413	2.937	2.937
Empréstimos e financiamentos	6.541	6.541	264	264
Fornecedores	490	490	609	609

20. Receita operacional líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Demonstramos abaixo a conciliação da receita bruta e líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Receitas		
Vendas de produtos	4.283	4.356
Prestação de serviços	19.813	12.807
	24.096	17.163
Deduções		
(-) Devoluções	(1.008)	(373)
(-) ICMS	(252)	(178)
(-) ICMS substituição tributária	-	-
(-) ISS s/prestação de serviços	(330)	(217)
(-) PIS	(231)	(159)
(-) COFINS	(1.066)	(742)
(-) IPI	(30)	(47)
(-) INSS S/ Receita	(720)	-
Receita líquida operacional	20.459	15.447

21. Custos e despesas por natureza

As despesas gerais e administrativas, por natureza, estão demonstradas da seguinte maneira:

Custos e despesas por natureza	2018	2017
Custo dos produtos vendidos	(1.663)	(1.436)
Mão de obra direta - mercadorias	(1.118)	(1.612)
Mão de obra direta - serviços	(4.052)	(1.883)
Utilidade e serviços	(161)	(55)
Gastos gerais	(1.193)	(873)
Instalações e manutenções	(208)	(254)
Outras despesas e aluguéis	(103)	(127)
Perdas de estoques	(327)	(191)
(-) Devoluções de vendas	-	3
Com pessoal	(8.529)	(7.577)
Serviços de Terceiros	(1.816)	(902)
Serviços e Materiais de Consumo	(2.050)	(2.270)
Aluguel	(325)	(352)
Contingências	(44)	44
Depreciação	(868)	(469)
Multas e impostos	(190)	(141)
Outros	(981)	(693)
	(23.628)	(18.788)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Custos e despesas por função	2018	2017
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(8.825)	(6.428)
Despesas comerciais	(7.363)	(5.494)
Despesas gerais e administrativas	(5.082)	(3.624)
Outras despesas	(2.358)	(3.242)
	<u>23.628</u>	<u>(18.788)</u>

22. Receitas e despesas financeiras

	2018	2017
Juros recebidos	126	50
Rendimentos de aplicações financeiras	148	722
Variação cambial/monetária	28	11
Ganhos na adesão do PERT	-	728
Outras receitas	14	23
Receitas financeiras	<u>316</u>	<u>1.534</u>
	2018	2017
Variações Cambiais passivas	(56)	(33)
Descontos concedidos	(58)	(44)
Despesas bancárias	(257)	(114)
Juros pagos	(1.022)	(466)
Outras despesas	(285)	(146)
Despesas financeiras	<u>(1.678)</u>	<u>(803)</u>
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas	<u>(1.362)</u>	<u>731</u>